

Tribunal atende recomendações de Auditoria de TI do CSJT

O Tribunal cumpriu todos os itens da Auditoria do CSJT determinadas pelo Acórdão CSJT-A-26207-89.2015.5.90.0000, ocorrida *in loco* no período de 21 a 25 de setembro de 2015. Em face das constatações da auditoria, o Plenário do CSJT determinou a adoção de 18 medidas saneadoras, das quais as últimas para cumprimento integral foram finalizadas no primeiro semestre deste ano. São elas:

- Portaria GP n.º 688/2017 - Revisão do **manual do processo de contratação** de soluções de TIC;
- Portaria GP n.º 676/2017 - Definição formal do processo de **gestão de ativos**;
- Portaria GP n.º 679/2017 - Estabelecimento formal do **processo de software**;
- Resolução n.º 202/2016 - revisão da **política de segurança da informação**;
- Portaria GP n.º 677/2017 - processo de **gestão de riscos**;
- Portaria GP n.º 678/2017 - plano formal de **continuidade de TI**;
- Portaria GP n.º 671/2017 - processo de **monitoramento e tratamento de incidentes** de segurança da informação;
- Portaria GP n.º 242/2017 - **Comitê Gestor de Segurança** da Informação e Comunicação (CGSIC);
- Portaria EJUST n.º 159/2017 - plano anual de **capacitação** para a área de TI.

CTIC coleta necessidades de contratações de TI para 2018 e 2019

As unidades do TRT16 que têm interesse na aquisição de soluções de Tecnologia da Informação para os anos de 2018 e 2019 devem se manifestar até 30 de novembro de 2017.

As necessidades serão consolidadas e encaminhadas ao CGovTIC para análise, seleção e priorização. Como resultado, será definido o orçamento de TI e elaborado o Plano de Contratações de TI para os referidos anos.



A intenção deve ser formalizada com o envio de Malote Digital do "Documento de Levantamento de Necessidades" preenchido com as informações da solução a ser adquirida. O formulário encontra-se disponível no sítio: governancatic.trt16.jus.br -> Gestão -> Contratação de TIC -> Modelo de Documentos.

Calendário Institucional de 2018 terá como tema a Segurança da Informação

A iniciativa partiu da Assessoria de Comunicação e visa a disseminar as boas práticas e cultura da segurança da informação no âmbito do Tribunal. Ela faz parte de um projeto maior de conscientização, educação e treinamento, seguindo as diretrizes estabelecidas pela norma NBR ISO/IEC 27002:2013 e órgãos de controle do Poder Judiciário.

O calendário irá abordar assuntos como *ransomware*, certificado digital, *malwares*, engenharia social, senhas, política de segurança, mesa limpa, dentre outros. A iniciativa tem o apoio do Gabinete da Presidência, do Comitê Gestor de Segurança da Informação e da Coordenadoria de TIC.

Tribunal disponibiliza aplicativo JTe para smartphones

O aplicativo "JTe", desenvolvido para *smartphones*, está em funcionamento desde setembro/2017. Ele permite checar a movimentação de processos e decisões, acompanhar notícias, jurisprudência, pautas de audiências, sessões e até emitir boletos para pagamentos. Há ainda a integração com outros TRTs pela mesma plataforma, possibilitando ao advogado consultar processos de qualquer região, além de poder acessar a Justiça do Trabalho de forma remota, de qualquer lugar e em qualquer horário.



Dica de segurança!

Por favor, não anote ou compartilhe suas senhas. Você é o responsável pela guarda e pelas consequências da sua utilização.

